

CCR SUBMÉDIO		
1	Alexsandro Chaves da Silva	COMPESA
2	Paulo Henrique Sales	DINC
3	Cláudio Ademar da Silva	Psicultura Itaparica
4	Carlos Vanderlei Leite Pinheiro	Rota das Águas Velho Chico
5	Maria Cícera Bezerra Lacerda	Colônia de Pescadores Z39
6	Wilson Simonal dos Santos	Associação Agropastoril Quilombola das Fazendas Curral de Pedra, Julião, Tuiuiu, Pedra da Onça e Piranha
7	Elias da Silva	Associação de Desenvolvimento Sustentável
8	Tales Antônio	ONG CHAPADA
9	Almacks Luiz Carneiro	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Diamantina
10	José Ivaldo de Brito Ferreira	UNEB
11	Thaís Guimarães	UPE
12	Manoel Uilton dos Santos	Tuxá
13	Suzana Montenegro	APAC
14	Suely Argôlo	CBH Salitre
15	Teófilo Joaquim de Santana Neto	CBH Lago de Sobradinho
16	Ita Porto de Oliveira	COBH Pajeú
17	Maria de Jesus	CONSU Açude Saco II
CONVIDADOS/OUTROS		
18	Mauricio Vitor Oliveira	Agência Peixe Vivo
19	Raysa Balieiro	Agência Peixe Vivo
20	Juciana Cavalcante	Tanto Expresso
21	Pedro Matuzaki	ENGEMAP
22	Eduardo	ENGEMAP
23	Daniela Gurgel	Eletróbrás Chesf

- 1 Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às nove horas da manhã,
2 reuniram-se virtualmente os membros da CCR Submédio São Francisco.
- 3 **Abertura e verificação de quórum:** Após verificação do quórum, o Sr. Cláudio Ademar,
4 Coordenador da CCR Submédio, declarou aberta a reunião.
- 5 **Apresentação “Levantamento de Usos Sobradinho a Paulo Afonso”:** A Sra. Rayssa Balieiro
6 contextualiza brevemente o estudo realizado, informando que o estudo se trata de uma
7 continuidade, tendo sido realizado previamente no alto e no médio. Ela explica que após a
8 identificação das interferências houve um comparativo entre o que foi identificado e a
9 quantidade de outorgas na ANA. O Sr. Cláudio Ademar diz que são dois desafios a serem
10 superados: identificar a quantidade de usuários que estão utilizando de fato as águas do São
11 Francisco e enquadrá-los – ressaltando a dificuldade enfrentada pela ANA na fiscalização – e
12 buscar informações sólidas sobre os devedores. O Sr. Almacks Luiz fala do sucateamento do
13 sistema de cobrança e fiscalização, ressaltando que a entidade delegatária não pode realizar a
14 cobrança, diferente de uma agência pública, e aproveita a oportunidade para defender a FPI,
15 destacando que a operação é extremamente importante nesse sentido. O Sr. Pedro Matuzaki
16 inicia a apresentação falando da empresa ENGEMAP que foi responsável pelo levantamento e,
17 na sequência, explica o escopo do que foi realizado: mobilização de aeronave, fornecimento de
18 mosaico de imagens orbitais processadas, levantamento aerofotogramétrico digital,
19 perfilamento a laser aerotransportado, apoio terrestre para aerotriangulação do levantamento,

20 processamento digital dos dados, elaboração de banco de dados de usos de recursos hídricos
21 na área, relatórios técnicos. O estudo identificou 6.580 interferências mapeadas sendo que
22 4.301 (65%) estão no trecho do rio, e 2.279 (35%) no trecho da represa, onde as captações
23 correspondem a 85,34%. Quando comparado com o cadastro de usuários superficiais
24 (outorgados ou que façam uso insignificante) a partir de base de dados disponibilizada pela
25 Agência Nacional de Água e Saneamento (ANA), que identifica 2.609 interferências no rio e 1.358
26 na represa, há um aumento de 40%, equivalente a 2.613 interferências que não estão
27 cadastradas/outorgadas, necessitando de regularização. O Sr. Eduardo, da ENGEMAP, diz que
28 vê as inconsistências no banco de dados do governo como uma falha de gestão por parte ANA,
29 mencionando a quantidade de informações desatualizadas ou sobrepostas, o que dificulta o
30 controle. O Sr. Paulo Sales pede mais detalhes dos valores apresentados e dos pontos onde o
31 levantamento foi realizado. A Sra. Rayssa Belieiro explica que o levantamento foi feito na
32 margem, de Sobradinho/BA até a represa Luiz Gonzaga. Ela diz que a ENGEMAP fez, além do
33 levantamento, uma proposta de levantamento de campo para validação das informações
34 identificadas. O Sr. Eduardo explica que foi entregue uma minuta de termo de referência com
35 uma proposta para cadastramento dos usuários da região, com estimativa de custos e todas as
36 informações necessárias, para uma possível contratação por parte do CBHSF. O Sr. Almacks Luiz
37 pergunta se pelo levantamento aerofotogramétrico existe a possibilidade de identificar se os
38 tanques são de aquicultura escavada ou outro tipo de tanque. O Sr. Eduardo diz que pela
39 precisão da imagem é provável que, sim, consiga fazer essa diferenciação. A Sra. Rayssa Balieiro
40 relata a dificuldade em estimar precisamente a relação entre captações e outorgas pois apenas
41 com o levantamento fotogramétrico não é possível saber se cada captação é de um usuário
42 diferente ou se um único usuário pode ter diversas bombas de captação. Isso ocorre
43 principalmente quando são identificadas bombas muito próximas umas das outras. O Sr. Carlos
44 Vanderlei pergunta se o levantamento levantou e diferenciou os lançamentos do rio. Ele
45 comenta também que a fiscalização seria um grande desafio, sugerindo que seja realizada em
46 parceria com outros órgãos e poder de polícia para acesso às propriedades. O Sr. Eduardo diz
47 que sim, mas que não é possível identificar todos os lançamentos, por isso eles acreditam que
48 muitos pontos visuais identificados possam ser lançamentos. O Sr. Cláudio Ademar diz que
49 quando a ANA fala em tanque, ela está se referindo ao tanque rede, pois é o único tipo de tanque
50 com o qual ela trabalha. A outorga de tanques escavados é de responsabilidade do Estado. O Sr.
51 Carlos Vanderlei diz acreditar que a outorga em tanque rede para piscicultura e aquicultura deve
52 passar por uma análise mais criteriosa. Ele diz que apesar do lançamento de resto de rações de
53 peixes no rio seja menos prejudicial que o lançamento de agrotóxicos, a proliferação de
54 macrófitas nas margens do rio possa ser causada também pelos nutrientes das rações. O Sr.
55 Cláudio Ademar diz que existem regiões próximas onde há criação de peixes, mas não há
56 proliferação de macrófitas, como no Lago Itaparica. Em contrapartida, o Lago Moxotó é um
57 “caldeirão de água parada” e recebe água com lançamento de efluentes de várias regiões do
58 Submédio, o que pode ocasionar essa proliferação. O Sr. Cláudio Ademar que o dado de 40%
59 das interferências não terem outorga é algo assombroso e preocupante, tanto pelo prejuízo ao
60 recurso hídrico quanto à arrecadação. A Sra. Ita Porto sugere a realização de um seminário sobre
61 a temática da outorga, com o intuito de fortalecer a reflexão sobre a questão. O Sr. Cláudio
62 Ademar diz que seria importante a participação da CTOC do CBHSF nessa reunião, diz que devem
63 ser estabelecidos parâmetros junto à Ana para resolver essa situação, pois o que está no papel
64 está muito distante da realidade.

65 **Encerramento:** Sem mais assuntos a tratar, o Sr. Cláudio Ademar encerrou a reunião às onze
66 horas e vinte minutos.

67



CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO - CCRSMSF/CBHSF
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
VIDEOCONFERÊNCIA – 25 DE JUNHO DE 2024

68

69

70

Cláudio Ademar da Silva
Coordenador da CCRSMSF

Abelardo Antônio Montenegro
Secretário da CCRSMSF